

ESTADO DO AMAPÁ

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

**ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA
(132ª) REUNIÃO PLENÁRIA
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE.**

Ao quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e sete minutos, reuniu-se em ambiente virtual (Jitsi Meet), em sua centésima trigésima segunda reunião plenária extraordinária, o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Presidida pelo senhor Joel Nogueira Rodrigues, secretariada pela senhora Maria de Lourdes Ramos e contou com a presença dos conselheiros: **TÂNIA BRITO NASCIMENTO/AEATA, PATRICK SILVEIRA FARIAS/SEMA, EDILENE SANTOS ABREU-suplente/SEMA, GUIDO SANICK/INCRA, ALEXANDRE CARLOS YARED LIMA/SDR, MARCELINA DIAS NETA/SEED, MÁRCIA BUENO (IBAMA), RENATTA SANTOS SERAFIM/ABES, RÔMULO ALVES DE VASCONCELOS-Suplente/ABES, ALCIONE CARVALHO CAVALCANTE/AEFA), CHARLES REIS (Suplente/AEFA), PAULO SÉRGIO SAMPAIO FIGUEIRA/OAB-AP, JOSIMAR SANTOS AVIZ/SEINF** Conferido a presença e tendo atingido o quórum qualificado na forma do regimento interno, o presidente iniciou a reunião cumprimentando os presentes em seguida comunicou que a sede da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) irá passar por alguns serviços, os quais se iniciarão pela recuperação e restabelecimento da funcionalidade do auditório, para que na medida do possível possa retomar as reuniões com o máximo de conselheiros presentes. O formato híbrido faz -se necessário, para assegurar a participação daqueles que não possam estar presentes. O auditório terá formato de plenário, será equipado com estrutura multimídia. Ambiente adequado para funcionamento dos colegiados, ligados ao sistema de meio ambiente estadual. Haverá ainda ao lado do auditório uma ampla sala para trabalhos em grupos. Expectativa para que estejam prontos até a segunda quinzena de junho. O Presidente disse que as adequações dos ambientes visam resgatar características inerentes da atuação na política ambiental, atuações pautadas em deliberações colegiadas. Faz-se necessário retomar o protagonismo do Conselho Estadual do Meio Ambiente na condução da Política Ambiental. Passando pela necessidade de adequação da composição do COEMA. A composição do Conselho não deve ser baseada apenas em entidades, mas em segmentos, exemplificou a não representatividade das comunidades tradicionais na atual composição. Internamente na SEMA, iniciou discussão para propor uma nova estrutura que será submetida ao Colegiado. Finalizados os informes, o presidente deu início a reunião com o primeiro item da pauta: **Apresentação Parecer Nº 0059/2020-PPAM/PGE (Análise Edital Nº 001/2020 – chamada pública para submissão de propostas para o acesso aos**

ESTADO DO AMAPÁ

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

recursos do FERMA exclusivamente pela SEMA – inviabilidade de competição). O presidente informou que o parecer foi emitido em atendimento do interesse do próprio COEMA através da SEMA, quando da análise do edital 001/2020. Em fase da conclusão da PGE na época e diante a equivalência entre aquela e a atual situação, ou seja, impossibilidade de competição, visto que apenas a SEMA pleiteia acessar os recursos do Fundo Especial para o Meio Ambiente. (FERMA), não será mais lançado edital. As propostas serão submetidas diretamente ao Pleno, obedecidos critérios e requisitos previstos no Manual do FERMA. Sendo assim, o presidente esclareceu que o que está tratando na presente reunião é sobre o edital retirado de pauta na 180ª reunião ordinária, ocorrida em 19 de abril de 2022. O qual viabilizaria recursos para os projetos de elaboração dos Planos de Manejo das Áreas de Proteção Ambiental da Fazendinha e da APA do Rio Curiaú, além do Protejo para aquisição de decibelímetros para Ação de Fiscalização do Batalhão Ambiental. Esclareceu ainda que, havendo aprovação pelo Conselho a SEMA fará contratação mediante a devida licitação pública. Feitos os esclarecimentos abriu para ponderações dos conselheiros. Conselheiro CHARLES REIS/suplente AEFA solicitou que os projetos sejam encaminhados para conhecimento dos conselheiros. Presidente informou que os projetos serão apresentados na presente sessão e após constituição da Comissão, seguirão para análise e parecer. Em seguida passou a palavra para Coordenador de Gestão de Unidades de Conservação e Biodiversidade (CGUCBIO), senhor Euryandro Costa, para apresentação do Projeto: **Elaboração de Planos de Manejo para Unidades de Conservação estaduais – APA da Fazendinha e APA do Rio Curiaú.** Finalizada a apresentação abriu-se para considerações dos Conselheiros. Conselheiro CHARLES REIS questionou pagamento de diárias, pois as APAs estão localizadas no município de Macapá e podem ir e voltar no mesmo dia. O senhor Euryandro Costa justificou que algumas comunidades da APA do Rio Curiaú são ribeirinhas para chegar e sair delas depende da maré e algumas estão a cerca de 50 km de distância. Conselheiro CHARLES REIS se devidas as diárias poderiam entrar como contrapartida SEMA. Questionou ainda o porquê de não firmar parceria com a Universidade Estadual ao invés de contratar consultoria para elaborar os planos de manejo. Conselheiro GUIDO SANICK/INCRA concorda que as diárias devidas sejam contrapartida da Secretaria de Meio Ambiente. O Presidente considerou pertinentes os questionamentos do conselheiro Charles Reis, disse ainda que se as diárias não forem devidas certamente não serão pagas. Em relação a UEAP, o presidente disse que seria muito interessante se pudesse ser feito em conjunto com a Universidade ou mesmo com IEPA , de forma direta sem precisar terceirizar, mas diante do tempo que se esperou para submissão da proposta. Acredita que possa ser pensado de forma mais concreta uma próxima oportunidade para esse tipo de trabalho, porém acredita que seja possível, através de acordo de cooperação, firmado com a universidade ou o IEPA, de alguma forma possam se engajar nesses trabalhos, inclusive como campo de extensão no âmbito do corpo discente da UEAP. O ideal é que consigamos obter

ESTADO DO AMAPÁ

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

expertise para no futuro chegar ao nível do ICMBIO de ter um grupo específico para trabalhar essas questões. conselheiro Charles Reis disse que o Termo de cooperação com UEAP e IEPA seria uma forma de fortalecimento das duas Instituições públicas. Conselheiro ALCIONE CAVALCANTE/AEFA recomendou o desmembramento do projeto, uma proposta para cada Unidade de Conservação. Com distintos processos licitatórios, da forma que se apresenta o projeto, não está claro quanto custará cada Plano de Manejo. Embora as UCs sejam de uma mesma categoria, têm áreas e características específicas. O presidente esclareceu que embora tenha se apresentado um projeto contemplando as duas UCs, se aprovado os projetos, serão feitos dois procedimentos de licitação distintos, conduzido pela central de licitação e contratos da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Prosseguindo, o presidente recomendou que os projetos sejam encaminhados à Comissão, separados e que as recomendações do Pleno sirvam de subsídio na avaliação. Conselheiro ALEXANDRE YARED/SDR pontuou sobre algumas questões de ordem fundiárias, que precisam ser resolvidas e, anteceder ao plano de manejo. Defendeu a importância de realizar diagnóstico fundiário, por meio de metodologia própria. Colocou a Secretaria de Desenvolvimento Rural à disposição para contribuir no diagnóstico prévio. Conselheiro PAULO FIGUEIRA/OAB disse que o conselheiro Yared está correto, é preciso resolver as questões fundiárias antes de qualquer coisa, conselheiro GUIDO SANICK/INCRA considerou surreal resolver ter que resolver todos os conflitos e interesses para que o plano de manejo, que é o documento técnico necessário das unidades de conservação, seja elaborado. O Presidente ponderou que o plano de manejo não tem objetivo de enfrentar a realidade fundiária da UC, o plano de manejo será elaborado de acordo com a realidade que for encontrada, obviamente havendo necessidade de alguma ação de controle e regularização, deve ser resolvida. Porém não impede que o plano de manejo seja elaborado e implementado. O senhor Euryandro Costa expôs que o plano de manejo não irá resolver a questão fundiária da UC, mas será considerada no seu zoneamento e planejamento estratégico, o qual irá compor o documento técnico. Conselheiro MARCELO OLIVEIRA/UNIFAP disse que caso haja inconformidade, o próprio plano de manejo irá apontar essas questões. O Conselheiro GUIDO SANCK/ INCRA enfatizou que o plano de manejo é o documento necessário para a gestão da UC, inclusive de eventuais conflitos identificados. Finalizadas as ponderações sobre o plano de manejo das APAs. O presidente avançou para o item três da pauta: **Composição da Comissão de Análise dos Projetos**, mas antes informou que há ainda o Projeto para aquisição de decibelímetros, proposto pelo Batalhão Ambiental (BA). Prosseguindo abriu para a formação da Comissão, que foi composta pelos conselheiros: **Alcione Cavalcante, Alexandre Yared, Charles Reis, Paulo Figueira e Patrick Farias**. Dando continuidade o presidente passou ao quarto ponto da pauta: **Revalidação Projetos aprovados em 2020:** projeto de apoio às atividades do Centro de Triagem de Animais Silvestres e o Projeto de Fortalecimento das atividades do COEMA, ainda não

ESTADO DO AMAPÁ

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

iniciados sua execução. O presidente solicitou que os prazos de execução dos dois projetos fossem redimensionados com **início para o mês de julho de 2022 e finalização em dezembro de 2023.** O presidente ressaltou que os projetos serão executados respeitando limites dos valores aprovados na época. Não houve objeção. A solicitação para redimensionar os prazos para execução dos projetos aprovados em 2020 foi anuída pelo Pleno. Em seguida, o presidente avançou para o quinto ponto da pauta: **Redefinir calendário de Reuniões Ordinárias**, o Presidente informou que foi solicitação do Conselheiro Charles Reis para que as datas das reuniões ordinárias fossem alteradas, se possível para as sextas-feiras. As datas sugeridas foram: **24 de junho, 26 de agosto, 27 de outubro e 16 de dezembro.** Novas datas para reuniões ordinárias, aprovadas. Ponto de pauta: **o que ocorrer.** O presidente falou sobre o projeto estruturante da SEMA de criação do portal e do licenciamento digital. Reforçou o comunicado que havia feito na reunião do dia 19/04/2022, a respeito da suspensão temporária, do sistema de licenciamento ambiental, os atendimentos estão sendo realizados por meio do protocolo alternativo. A Fundação contratada pela SEMA para desenvolver a customização do sistema, estará presencialmente no Estado, a partir do dia 16/05/2022, para retomar os trabalhos. Enquanto a solução estruturante não fica pronta, estão sendo feitas algumas alterações no portal da SEMA, visando melhorar o nível de transparência. Em breve estarão disponíveis todas as informações sobre concessão florestal, que estavam no site do extinto Instituto Estadual de Florestas (IEF). Será priorizado também as questões que envolvem a execução dos recursos do FERMA, disponibilizando mensalmente os valores de cada conta que integra o Fundo. Será criado uma base, para consulta, com todas as autorizações expedidas e que estejam válidas. Finalizados os informes, o presidente passou a palavra aos demais conselheiros. Conselheiro CHARLES REIS/ AEFA solicitou reunião dos consultores, usuários do sistema com a equipe da SEMA. O Secretário Joel Rodrigues disse que a SEMA está à disposição para receber os consultores. Informou que já determinou ao Diretor de Controle Ambiental - DCA/SEMA que disponibilize um analista encarregado pelo licenciamento para que faça atendimento diário ao público. Há esforço para receber todos os empreendedores que tenham processo para submeter ou que estejam em análise da forma mais transparente, com a presença dos técnicos da área. Conselheiro MARCELO OLIVEIRA/UNIFAP informou que a partir do dia 16/05/2022 a Comissão Especial do COEMA sobre licenciamento irá retomar os trabalhos. Conselheiro RÔMULO VASCONCELOS/ABES ratificou a solicitação feita na 179ª sessão, realizada em 23/02/2022, a respeito do levantamento sobre o nível de escolarização dos moradores da Floresta Nacional do Amapá e da Floresta Estadual do Amapá, a fim de subsidiar viabilidade de implantar projeto de escolarização e formação para os moradores das UCs. O Presidente comunicou que repassou a demanda à Diretoria de Desenvolvimento Ambiental – DDA/SEMA. Não havendo mais nada a ser dito, o **Presidente da sessão, JOEL NOGUEIRA RODRIGUES** declarou por encerrada a

ESTADO DO AMAPÁ

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

reunião às 11 horas e 48 minutos. Eu, Maria de Lourdes Ramos secretariei e transcrevi a presente ata. A gravação da reunião está arquivada na Secretaria Executiva em mídia a disposição.

Aprovada na 181ª RO - 30/06/2022.